

Alternativas feministas nas ruas, redes e roçados

Tica Moreno,
Sempreviva
Organização
Feminista

Há muito tempo, mulheres estão em movimento no mundo todo perseguindo o objetivo de construir uma sociedade em que todas vivam suas vidas com relações baseadas na igualdade, na liberdade e na autonomia. Neste caminho, as reflexões e práticas feministas caminham juntas: as mulheres resistem e, a partir destas resistências cotidianas, distribuídas mas também conectadas, constroem experiências concretas de transformação feminista.

1. Introdução

No Brasil, o feminismo tem expressões muito diversas, e está em todos os cantos do país. Neste texto buscamos conectar experiências de mulheres que constroem, em seu cotidiano, alternativas feministas. Tomamos como exemplos a agroecologia, a economia solidária e práticas de comunicação feminista, a partir da nossa atuação como organização local (SOF), vinculada a um movimento internacional (Marcha Mundial das Mulheres).

2. Colocando a economia feminista em prática

A economia feminista é uma corrente do pensamento econômico que trouxe muitas contribuições para o reconhecimento do papel que o trabalho cotidiano de produção do viver tem para a sustentabilidade da vida. A forma como cada sociedade organiza o conjunto de atividades necessárias para a sustentação da vida tem a ver com relações sociais, com as relações de poder que separam e hierarquizam os trabalhos realizados por homens e mulheres, pessoas brancas e negras. Hoje, o que temos é uma sociedade que tem sua reprodução social baseada na sobrecarga de trabalho – sobretudo não remunerado – das mulheres, e na exploração do trabalho de forma geral – com a precarização, ausência de direitos e a baixa remuneração.

A economia feminista nos ensinou que um dos mecanismos utilizados pelo paradigma dominante tem sido ocultar os vínculos entre a esfera da produção e da reprodução, junto com a consideração de que apenas o que tem valor monetário é considerado econômico. Isso se concretiza em políticas públicas que não consideram o conjunto do trabalho doméstico e de cuidados como trabalho necessário e que precisa ser reconhecido, valorizado, distribuído.

A economia feminista é para nós uma ferramenta que colocamos em prática a partir do momento em que compreendemos que a economia é parte do cotidiano, e não só um conjunto de números, estatísticas e fórmulas que apenas especialistas manejam. A vida das mulheres não cabe nessas fórmulas, as desigualdades vão além dos números.

Assim, entendemos a economia feminista como uma proposta política que visa mudar o centro da preocupação das políticas econômicas: o objetivo não pode mais ser a reprodução do lucro, mas sim o bem estar das pessoas.

As propostas políticas da economia feminista não são para um futuro distante: elas procuram dar conta, no presente, das condições de vida atuais de mulheres e homens. As experiências de agroecologia e economia solidária protagonizadas pelas mulheres são parte deste processo. Elas funcionam como laboratórios ao mesmo tempo em que respondem às necessidades concretas de quem participa nelas. A articulação destas experiências e a atuação em âmbito institucional são essenciais para que elas se mantenham ao longo do tempo e envolvam mais pessoas.

3. A resistência criativa das mulheres

O Brasil é o país onde as pessoas mais consomem agrotóxicos em todo o mundo: a estimativa é que, a cada ano, cada habitante consuma em média 5 litros de agrotóxicos. Os agrotóxicos fazem parte do modelo do agronegócio, em que predomina o latifúndio e a produção para a exportação. Por outro lado, a produção da agricultura familiar e camponesa é responsável pela maioria dos alimentos que a população de fato come.

A agroecologia é muito mais do que a produção de alimentos livre de agrotóxicos. Ela tem a ver com a produção de alimentos saudáveis, com a criação de animais, mas também com relações entre as pessoas e a natureza que não considerem a natureza um recurso inesgotável, e também pressupõe outra relação entre as pessoas, respeitando e valorizando os conhecimentos e as habilidades de cada um/a.

A experiência das mulheres na agroecologia coloca em prática uma série de questões abordadas pelo feminismo. As mulheres lutam pelo reconhecimento do seu trabalho remunerado e não remunerado. A agroecologia contribui para a autonomia econômica das mulheres ao reconhecer que as atividades que as agricultoras já realizam nos quintais são fundamentais para a segurança alimentar de suas famílias e para a manutenção da biodiversidade.

As agricultoras buscam de forma permanente equilibrar o trabalho e a produção para autoconsumo e para venda. Elas buscam apoio nas políticas públicas para comercializar, mas sabem que não adianta vender galinha caipira para comprar frango congelado. Querem que elas e as pessoas próximas comam os produtos de qualidade que produzem e têm um cálculo econômico apurado ao considerar como retorno o fato de seus filhos não adoecerem.

Na agroecologia, as mulheres exercitam e reconhecem a interdependência entre as pessoas e das pessoas com a natureza. Na lógica capitalista, a natureza é vista como um recurso inesgotável. O tempo da regeneração e dos ciclos são desconsiderados. Na lógica capitalista e patriarcal da economia dominante, as pessoas são consideradas seres que atuam na sociedade perseguindo seus interesses, mas como se não tivessem necessidades de cuidados e atenção. Pela divisão sexual do trabalho, as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado com os outros, e tem o seu tempo cotidiano marcado por esta responsabilidade. É como se elas estivessem o tempo todo disponíveis para o cuidado, que é naturalizado e desvalorizado, e como se o seu tempo fosse elástico e inesgotável, assim como a natureza. As mulheres são as primeiras a acordar e as últimas a dormir. Quando colocam no papel a quantidade de horas que dedicam a cada uma das suas atividades, percebem que seu dia deveria ter mais de 24 horas, pois há sempre a sobreposição de tarefas domésticas, de cuidados, e da produção. Um desafio permanente para as mulheres rurais se refere ao equilíbrio dos tempos para a produção e para a reprodução, que precisa envolver mais políticas públicas e negociação permanente com as demais pessoas que vivem nas suas casas, principalmente com os homens.

Assim como a agroecologia, a economia solidária também é parte da resistência ao modelo de (re)produção e consumo dominante. Ela busca responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão, na democracia e na reciprocidade. Como movimento político e práticas concretas, a economia solidária se baseia no princípio de que o ser humano – não o lucro – deve ser o elemento mais importante da atividade econômica, contrapondo-se assim à economia capitalista. Neste sentido, mostra que há outras formas de organizar o trabalho, a distribuição e o consumo. Um grande número de experiências de economia solidária é animada por mulheres.

O controle das mulheres sobre o processo de trabalho e gestão é o que diferencia os empreendimentos de economia solidária de formas precárias de trabalho e iniciativas que costumam reforçar o lugar tradicional das mulheres na economia. As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica: elas também valorizam o aprendizado, a convivência, a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres se sentem mais fortes, valorizadas, com maior auto-estima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco.

Os grupos de mulheres da economia solidária se constituem em um espaço de intermediação entre Estado, mercado e família. Em primeira instância, buscam construir, no território onde estão, soluções e tentativas de novas relações entre mulheres e homens. Estabelecem uma justiça de proximidade onde o acesso a direitos se concretiza no cotidiano de suas comunidades pela expressão das necessidades e negociação entre os que ali convivem.

A perspectiva feminista das mulheres que constroem a agroecologia e a economia solidária tem feito com que elas coloquem temas como o enfrentamento a violência no debate público e que consigam avançar nesta luta mesmo quando as políticas

públicas não estão presentes. Por exemplo, elas passaram afirmar que querem os alimentos sem o veneno do agrotóxico, mas também sem o sangue da violência contra as mulheres. Em assentamentos e redes de produtores e consumidores da economia solidária já foi possível incluir em seus acordos coletivos o rechaço à violência doméstica, chegando à suspensão ou expulsão de agressores.

4. O conhecimento, as vozes e as linguagens das mulheres

Existe uma disputa política em torno do saber e do conhecimento. Nos quintais as mulheres domesticam espécies e observam inter-relações entre plantas e destas com o solo. Sobretudo as mais idosas e de comunidades tradicionais, detêm inúmeros conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, plantas indicadoras da condição do solo, e plantas alimentícias não convencionais. Mas os saberes das mulheres muitas vezes são desconsiderados e o que se valoriza é o conhecimento técnico, sistematizado, patenteado e vendido pela indústria farmacêutica. A linguagem técnica tende a excluir as pessoas e desconsiderar suas experiências. Na agroecologia feminista, os saberes e as vozes das mulheres são considerados e valorizados porque estão baseados na prática e em um conhecimento adquirido coletivamente, transmitido intergeracionalmente.

As estratégias de tornar visível o acúmulo das mulheres, seus saberes, práticas e propostas sempre permearam a atuação do movimento feminista. Os meios de comunicação, concentrados nas mãos de poucos grupos empresariais, não abrem espaço para as reivindicações das mulheres, sobretudo aquelas que questionam o sentido do desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal. Além disso, têm atuado na criminalização das lutas organizadas das mulheres e de outros movimentos sociais.

A luta pela democratização da comunicação faz parte da agenda política das mulheres no Brasil, e mais que isso, tem sido cada vez mais potencializada pelas práticas de comunicação feminista impulsionada pelas mulheres. Militantes feministas da Marcha Mundial das Mulheres ao enfrentar o machismo, racismo e lesbofobia dos meios de comunicação hegemônico, tomaram para si a comunicação, buscando expressar a linguagem das mulheres em movimento em diferentes suportes disponíveis.

A experiência de desenvolver práticas de comunicação feminista tem levantado uma série de discussões e reflexões, por exemplo sobre como funciona a produção de conteúdos na lógica da produtividade e do patriarcado. Frente à hierarquia e fragmentação das tarefas, as comunicadoras feministas buscam democratizar o processo de produção de conteúdos, em uma dinâmica horizontal que respeita os diferentes saberes e impulsiona intercâmbios e aprendizagens. Buscam ainda valorizar as linguagens e formas de comunicações das mulheres, as diferentes falas e formas de expressão, e os diferentes veículos pelos quais as mulheres acessam a informação. Não basta usar a internet e as redes sociais, se no Brasil uma boa parte da população sobretudo pobre e rural não costuma usar a internet e costuma ouvir mais o rádio.

As práticas de comunicação feminista também levaram a uma apropriação da tecnologia por trás da comunicação, às estruturas e infra-estruturas de poder e de controle que marcam sobretudo as TIC's. Frente ao controle dos dados e a vigilância massiva que serve às grandes empresas e Estados, as feministas se aproximam cada vez mais do software livre e das ferramentas de criptografia para defender sua privacidade.

4. E o que estas experiências tem em comum?

Elas compartilham a estratégia da auto-organização das mulheres, na perspectiva de reconhecer e fortalecer as mulheres como sujeitos, compreendendo a dimensão individual e coletiva deste processo. Trocar saberes e histórias, compartilhar práticas e resistências, são ingredientes que geram um reconhecimento das mulheres como mulheres. Essas trocas permitem compreender que apesar de se expressar de formas diferentes, existem muitas semelhanças entre a opressão que sofrem como mulheres em sociedades patriarcais como a brasileira.

Assim, a auto-organização tem a ver com a construção coletiva das mulheres como um sujeito político, da definição das prioridades de reivindicações e demandas, e dos caminhos para alcançá-las. No caso das mulheres rurais, esta estratégia já teve muitos resultados concretos como políticas públicas que reconhecem e apoiam seu trabalho para o auto-consumo.

A construção da auto-organização precisa lidar com uma série de questões que se colocam no cotidiano das mulheres, e muitas vezes se apresentam como obstáculos. Porque existe a divisão sexual do trabalho e a separação entre o mundo público e privado, muitas vezes as mulheres são empurradas para o espaço doméstico e desencorajadas a participar dos espaços da política, que são centrais para a ampliação de direitos. Um dos ganhos concretos destes processos é o fato de que as mulheres passam a ser protagonistas não só de suas lutas, mas de suas vidas. E por isso muitas vezes o marido começa a questionar o sentido da participação, o fato de que está saindo muito de casa. Isso reforça uma afirmação que o feminismo já faz há muitas décadas de que “o pessoal é político”. A maioria das mulheres encontra em suas companheiras o incentivo a continuar participando, a carona, o acolhimento e o reforço de que este espaço já está contribuindo para mudar suas vidas e conquistar direitos e políticas. Assim, a solidariedade entre as mulheres também é uma prática que se fortalece nestas experiências.

Estas experiências também compartilham um aspecto central: elas são construídas na resistência das mulheres às lógicas individualistas, capitalistas e patriarcais; na resistência ao agronegócio, à exploração do trabalho e ao monopólio dos meios de comunicação. E as resistências são processos de criação das alternativas, inclusive considerando que, com suas práticas, as mulheres apontam as soluções para as questões que enfrentam. A partir de suas práticas, as mulheres têm força mais para afirmar, que no processo de construção da igualdade, é preciso ser anti-patriarcal e reorganizar as lógicas que desequilibram os tempos e trabalhos de reprodução e

produção. Mas a prática também vai revelando as contradições, já que as alternativas estão sendo gestadas nesta ordem econômica hegemônica, e é aí que são necessárias mais estratégias coletivas, criatividade, inventividade e mobilização.

Por fim, estas experiências também tem em comum o fato de que fazem parte de uma perspectiva mais ampla do feminismo que busca construir agendas políticas de mulheres do campo, da cidades e de diferentes gerações. Estas se encontram nas ruas, nas redes e nos roçados, em mobilizações que desafiam a ordem dominante e ampliam as fronteiras do possível, em direção a utopia feminista de um mundo baseado na liberdade, na justiça e na igualdade.

Creditos

Esse resumo foi escrito por Tica Moreno (tica@sof.org.br) da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), como parte do projeto GADN's Feminist Development Alternatives.

O texto recebeu sugestões de Chiara Capraro (Christian Aid), Sarah Roure (Christian Aid), Kate Bishop e Jessica Woodroffe (GADN).

A Rede Gender & Development (GADN) reúne ONGs especialistas, consultores, acadêmicas/os, e indivíduos comprometidos em trabalhar com Gênero, Desenvolvimento e temas relativos aos direitos das mulheres. Nossa visão é de um mundo onde a justiça social e a igualdade de gênero prevaleçam e onde todas as mulheres e meninas possam efetivar seus direitos livres de discriminação. Nosso objetivo é garantir que as políticas e práticas de desenvolvimento internacional promovam a igualdade de gênero e os direitos das mulheres e meninas. Nosso papel é apoiar os membros compartilhando informações e expertise, empreender e disseminar pesquisas, e ofertar análises e comentários sobre políticas governamentais e projetos.

Para mais informações sobre a SOF: www.sof.org.br

Para mais informações ou para participar da Rede Gender & Development, entre em contato por email: info@gadnetwork.org

Gender & Development Network

c/o ActionAid
33-39 Bowling Green Lane
London EC1R 0BJ

T: +44 (0)20 3122 0609
E: info@gadnetwork.org
www.gadnetwork.org

Registered charity no. 1140272

Projeto Development Alternatives

O projeto pretende cruzar a distância entre a política de desenvolvimento atual, os programas, oferecendo visões alternativas e sobre a igualdade de gênero. Nosso objetivo é promover alternativas às agendas e problemas atuais relativos aos direitos das mulheres e igualdade de gênero, identificando soluções junto a mulheres do Sul Global e desenvolvendo estratégias para promover essas alternativas.

Responsabilidades

GADN produz uma série de sumários de apoio para o uso de nossos membros de outros. Estes são produzidos pelo Secretariado apoiado pelo Conselho Consultivo e pelo grupo de trabalho relevante. Não representam necessariamente as opiniões de todos os membros.